

Deliberações do Fórum em 28/03/2006

O Fórum encaminha, para avaliação das assembleias (que devem ser realizadas até o dia 04/04), todas as propostas surgidas nas entidades em relação à pauta unificada a ser entregue ao Cruesp. Reafirmamos a importância da deliberação de uma das propostas (quando houver mais que uma) para fechamento da pauta unificada, que ocorrerá no dia 05/04. Os itens que foram modificados ou inseridos estão em destaque (amarelo).

REAJUSTE E REPOSIÇÃO DE PERDAS SALARIAIS

1. Quanto ao índice de reajuste

- a. Proposta inicial do Fórum: Reajuste que recupere o salário real de maio de 2001 pelo ICV-Dieese (estimado em 7%) – *Aprovada nas assembleias da Adusp e STU, bem como indicada na plenária da Adunesp.*
- b. Proposta apresentada a partir das assembleias do Sintunesp: Inflação + a recuperação de maio/2001 + a recuperação de perdas históricas – 16%
- c. Proposta apresentada pela assembleia do Sintusp: inflação + a recuperação de maio/2001 + a recuperação de perdas históricas (recuperar o salário de janeiro de 1989) – aproximadamente 62%

2. Em relação ao reajuste periódico dos salários

- a. Proposta inicial do Fórum: Reajuste trimestral dos salários correspondente ao mínimo entre as variações acumuladas do ICMS e do ICV-Dieese;
- b. Proposta apresentada pela assembleia do Sintusp: Reajuste mensal dos salários correspondente ao mínimo entre as variações acumuladas do ICMS e do ICV-Dieese.

3. Reposição das perdas salariais de 67,62% dos trabalhadores do Centro Paula Souza, referente ao período de 1996-2004 – (proposta aprovada em todas as entidades)

Propostas de inclusão:

Em relação às negociações com o Cruesp

Proposta surgida na reunião do Fórum de 28/3: Negociações com o Cruesp para recuperar perdas históricas, tendo como base o salário de janeiro de 89 (o salário de 89 é cerca de 62% maior do que o de abril 2006).

Em relação ao piso

O Sintusp propõe a inserção na pauta do item: Piso salarial nas universidades deve ser o do Dieese, atualmente em R\$ 1.551,48.

DEFESA DAS CONDIÇÕES DE TRABALHO E ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL

1. Política Permanente de Contratação de professores em RDIDP e de funcionários, por concurso público, para reposição e ampliação do quadro das Universidades;
2. Defesa do ensino de graduação de qualidade com a diminuição do número de alunos em sala de aula, tendo por meta o parâmetro de 30 estudantes em aulas expositivas;

7. Considerando que o Governo do Estado entesoura toda a contribuição previdenciária de docentes e funcionários, discutir meios, inclusive através da complementação do orçamento das Universidades Estaduais Paulistas pelo Governo do Estado para o pagamento dos aposentados, que viabilizem a aplicação integral da dotação fiscal da USP, UNESP, UNICAMP e CEETEPS, em educação ativa;
8. Luta contra a sonegação e a renúncia fiscal no Estado, bem como contra o decreto estadual 48.034 que isenta de ICMS as compras dos órgãos Estaduais públicos, reduzindo recursos para a educação e outros serviços públicos e para os municípios;
9. Expansão de vagas em cursos regulares, com financiamento adicional incorporado ao orçamento das universidades, garantindo o ensino público de qualidade e assistência estudantil;
10. Contra qualquer cobrança de cursos e/ou serviços nas instituições de ensino superior e institutos de pesquisa públicos, pelo fim de qualquer convênio que transfira as responsabilidades acadêmicas das Universidades, ensino, pesquisa e extensão, a fundações privadas; ações estas que constituem formas de privatização interna e conduzem em curto prazo a mercantilização total das Universidades Públicas;
11. Preservar a vinculação dos Hospitais Universitários com a universidade, aprimorando seu caráter público, revertendo toda forma de privatização e apropriação privada de sua capacidade instalada, exigindo financiamento público adequado para o seu funcionamento, mantendo-os como importante instrumento da qualidade de ensino, pesquisa e extensão;
12. Discussão pública sobre o projeto de encampação das faculdades isoladas e institutos de pesquisa do Estado de São Paulo, proposto pelo governo do Estado; (Esse item deve ser rediscutido e revisto à luz da situação atual da encampação da Faenquil na USP e da discussão da encampação da Famema e da Famerp na Unesp)
13. Não participação das Universidades Estaduais Paulistas no ENADE;
14. Defender o Plano Estadual de Educação – Proposta da Sociedade, trazendo este debate para o cotidiano das Universidades Estaduais Paulistas;
15. Compromisso dos Reitores de abrir ampla discussão, com toda a comunidade universitária, sobre democratização da estrutura de poder e processos estatuintes no âmbito local.
16. Indicar a discussão nas três universidades e no CEETEPS do Programa de Saúde do Trabalhador.